Devido processo e controle judicial

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A atuação sancionatória da Monetary Authority of Singapore (MAS) é administrativa, de modo que as garantias são as do direito administrativo. Na composition, o licenciado consente, pelo que não há recurso, mas o licenciado pode recusar a composition e arriscar-se num processo penal, o que poucos fazem. Para ordens de proibição e revogações, a MAS deve notificar por escrito a medida proposta e seus fundamentos, permitir manifestações num prazo determinado e proferir uma decisão fundamentada, com recurso ao Ministro, cuja decisão é definitiva. O controle judicial (judicial review) das decisões da MAS é, em princípio, possível com fundamento em ilegalidade, irracionalidade e vício de procedimento, mas os tribunais de Singapura concedem ampla margem aos reguladores financeiros, e nenhuma decisão sancionatória relativa a ativos digitais foi anulada com êxito.[1]

A comparação com a FINMA é instrutiva. As decisões sancionatórias da FINMA estão sujeitas a recurso ao Tribunal Administrativo Federal e, em seguida, ao Tribunal Federal, que examinam questões de direito e de fato. A prática de "naming" da FINMA nos termos do art. 34 da Lei suíça de Supervisão do Mercado Financeiro (FINMAG/FINMASA) é uma sanção autônoma que exige uma violação grave (ver Parte H, Capítulo IV). A MAS publica suas sanções por rotina, sem limiar específico.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Uma empresa suíça habituada a litigar contra a FINMA verificará que a via de Singapura oferece menos oportunidades e que a estratégia realista é a negociação antes de a decisão ser tomada.

Sanção	**MAS**	**FINMA**
Advertência privada	Advertência de supervisão	Carta de supervisão, Rüge (repreensão)
Censura pública	Repreensão (publicada)	Feststellungsverfügung (decisão declaratória); publicação nos termos do art. 34 da FINMASA apenas em caso de violação grave
Pecuniária	Composition (administrativa), penalidade civil (judicial)	Sem poder de aplicar multas; confisco de ganhos, art. 35 da FINMASA
Proibição individual	Ordem de proibição nos termos do FSMA, até vitalícia	Proibição de exercício profissional, art. 33 da FINMASA, até 5 anos; proibição de atividade, art. 33a
Licença	Revogação, suspensão, condições, determinações	Cassação da licença, art. 37, liquidação
Recurso	Manifestações, Ministro; controle judicial	Tribunal Administrativo Federal, Tribunal Federal
Encaminhamento penal	CAD / AGC; investigações conjuntas	Departamento Federal de Finanças (infrações à FINMASA); Ministério Público da Confederação (OAG) para infrações ao Código Penal suíço (StGB/SCC)
Publicação	Rotineira	Apenas com base legal e observada a proporcionalidade

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Financial Services and Markets Act 2022, Part 3, procedimento para ordens de proibição e recursos ao Ministro; Payment Services Act 2019, seção 11(4)–(6), sobre notificação e manifestações antes da revogação. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.